

2020

Caro Oficial de Justiça,

Nada é perfeito na vida, mas devemos viver confiando que tudo passa e se transforma. Os entraves nos fortalecem e nos ensinam o caminho do acerto, abrindo espaço para o novo.

A vida é uma intensa provocação e o melhor que fazemos por nós é encará-la com fé e esperança. 2019 foi um ano de lutas, uma jornada da qual angariamos um saldo de crescimento e aprendizado. Agradecemos a todos os Oficiais de Justiça por um ano de cooperação e confiança. Juntos iremos continuar lutando para vencer os desafios que nos são dados.

As defesas e os direitos são as nossas bandeiras e a manutenção das conquistas e vitórias são as nossas metas. Em 2020 vamos continuar resistindo, certos da vitória aos desafios que nos são impostos. Judiciosa é a nossa luta; crível é a nossa vitória!



União, Valorização e Luta!

Sindicato dos Oficiais de Justiça
Avaliadores de Santa Catarina
Sindojus-SC



Edição 1

Dezembro 2019

REVISTA SINDOJUS-SC

Oficiais de Justiça em foco!

Sindojus-SC
está de sede nova

pág. 03

AGE de Campos Novos

discute projeto de regionalização dos plantões

pág. 07



AGO supera expectativas,
reiterando apoio dos filiados ao Sindojus-SC

pág. 06

Entrevista

Presidente do Sindojus-SC,
Fernando Amorim Coelho.

pág. 04



EDITORIAL

Por *Everaldo Carneiro da Rosa*

Campos Novos / imprensa@sindojus-sc.org.br



Neste ano de 2019, iniciamos o lançamento de um importante projeto, a Revista do Sindojus-SC - canal de comunicação entre entidade sindical e seus filiados. A publicação surge como uma reformulação da antiga revista, principalmente por ser custeada totalmente pela entidade sindical, lembrando que, apesar de vivermos em tempos de inovação tecnológica, a notícia impressa faz parte da leitura de muitos de nós no dia a dia. A ideia é ampliar as formas de levar mais informações à categoria, destaques de lutas e ações realizadas pela Diretoria, além de novidades da nossa classe.

Em um primeiro momento situamos o leitor na história da Entidade Sindical, sua origem, através da organização e da união dos colegas em prol de um objetivo: defender e buscar melhorias a categoria profissional dos Oficiais de Justiça do Estado. Ato que devemos compaixão, por possibilitar que nos dias atuais temos um uma entidade sindical sólida e atuante, com diversas vitórias em sua bagagem, fruto da adesão e união maciça de seus filiados.

Destacamos que no mês de agosto foi realizada Assembleia Geral Ordinária da categoria em Balneário Camboriú, que reuniu filiados de diversas Comarcas do Estado, e os assuntos e informes de interesse repassados no encontro você encontra aqui. Este exemplar também traz imagens da nova sede administrativa do Sindicato e Florianópolis, conquista que é resultado da união e da luta dos filiados e dedicação daqueles que vem à frente da entidade ao longo dos anos.

Como de conhecimento dos filiados, passamos por um período extraordinário quanto à atuação do Sindojus-SC, devido às ações impetradas contra a nossa entidade pelo Sinjusc, ações estas que ainda estão em trâmite. Nesse período em que o Sindicato ficou impedido de praticar Atos Sindicais fomos representados pela ACOJ (Associação Catarinense dos Oficiais de Justiça), que atuou de forma a resguardar negociações da categoria em trâmite junto ao TJ-SC e a salvaguardar direitos dos Meirinhos. Agradecemos à ACOJ por seus Diretores e todos os filiados que se engajaram ao projeto.

A revista traz também uma amostra do trabalho realizado pela Fesojus - Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil, entidade que representa a categoria em âmbito Nacional, a qual o Sindojus-SC é filiado e possui representantes na Diretoria. Ainda nesta nova proposta da revista buscamos valorizar as boas práticas realizadas dentro do Poder Judiciário, trazendo a cada edição projetos e estudos, dos servidores e dos magistrados; o espaço estará à disposição para os demais filiados nas próximas edições.

Todos esses assuntos, colega leitor, estão detalhados nas páginas a seguir, além da entrevista com o presidente do Sindojus-SC.

Uma boa leitura a todos!

REVISTA SINDOJUS/SC

Oficiais de Justiça em Foco!

Revista Sindojus-SC - Oficiais da Justiça em Foco!
Este é um veículo oficial de divulgação do Sindicato dos Oficiais de
Justiça Avaliadores de Santa Catarina.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não
expressando necessariamente a opinião da revista.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E DIRIGIDA.

DIRETORIA EXECUTIVA SINDOJUS - SC

PRESIDENTE

Fernando Amorim Coelho / Capital/Continente

VICE-PRESIDENTE

Evaldo Cassol / Coronel Freitas

SECRETARIO GERAL

Fabio Ramos Bittencourt / Capital

1º SECRETÁRIO

Beatriz Rodrigues / Timbó

TESOUREIRO GERAL

Telmo Freitas / Tubarão

1º TESOUREIRO

Alisson Xavier Teixeira / Forquilha

DIRETOR JURÍDICO

Carlos Henrique de Sousa / Lages

DIRETOR DE INFORMÁTICA

Agenor Zanini / Orleans

DIRETORA DE CULTURA ESPORTES E LAZER

Taís Nogueira Lavina / Tubarão

DIRETOR DE MOBILIZAÇÃO E IMPRENSA

Everaldo Carneiro da Rosa / Campos Novos

DIRETOR DE FORMAÇÃO SINDICAL

Jaime Gaio / Garopaba/SC

SUPLENTE DA DIRETORIA

Cesar Augusto Kichener Larrosa / Joaçaba

Nelvio Paludo / São Miguel do Oeste

Livino Nogueira da Costa / Itajaí

CONSELHO FISCAL

Denise Rech / Itajaí

Ivanete Terezinha da Silva / Palmitos

Roberval Carlos Guiz / São João Batista

João Carlos Ribeiro Leite / Jaraguá do Sul

Vânio Debiasi / Orleans

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Ildemar José da Costa / Lages

Ricardo Tadeu Estanislau Prado Araranguá /

Araranguá

Nelvio Paludo / São Miguel do Oeste

Sindojus - SC

📍 Sede - Rua Silveira de Souza, n.º 60 - Centro, Florianópolis - SC - CEP : 88020-410

📞 Fone : (48) 3879-5501 ✉ Email : atendimento@sindojus-sc.org.br

🌐 www.sindojus-sc.org.br 📱 @sindojussc 📺 /sindojussc

Jornalista Responsável : Patrícia Claudino

Espaço

Oficial em Foco

Por Ricardo Tadeu Estanislau Prado

O Oficial de Justiça pós-CPC/2015

O Novo Código de Processo Civil (CPC) representa um marco histórico para a Justiça Brasileira e principalmente para o Oficial de Justiça. Pautado em estabelecer um processo democrático, célere, baseado na autonomia da vontade das partes e alinhado à Constituição, no capítulo destinado as normas fundamentais o novo CPC incumbiu ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, 2º) e determinou expressamente aos juízes, membros do Ministério Público, advogados e defensores públicos o dever de estimular a conciliação, mediação e outros métodos de solução consensual dos conflitos (art. 3º, 3º).

Essa tendência autocompositiva também refletiu no Oficial de Justiça, de quem o novo CPC passou a exigir que certificasse no mandado a proposta de acordo formulada por uma das partes (art. 154, VI), silenciando quanto maneira de proceder. Essa atribuição inédita resulta na mudança de paradigma, sendo necessário refletir sobre o perfil do Oficial de Justiça adequado a atender essa nova realidade.

Por essas razões o oficial de justiça Ricardo Tadeu Estanislau Prado, lotado na Capital, iniciou junto ao Mestrado Profissional em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com o Poder Judiciário Catarinense, um estudo de caso acerca das as dimensões, eficácia e aplicabilidade do artigo 154, VI, CPC, tendo como orientador o Desembargador Pedro Manoel Abreu.

Segundo o mestrando o novo CPC criou uma espécie atribuição secundária (estimular a autocomposição) que somente deverá ser executada após cumprida as atribuições primárias, entendidas como aquelas determinações contidas no mandado (citação, intimação, penhora, etc).

Em pesquisa direcionada a todos oficiais de justiça do Estado, apurou-se que a coleta de propostas de acordo por Oficial de Justiça têm sido pouco significativa. A partir de então surgiu a necessidade de eleger uma Comarca para levantar e testar hipóteses de melhoria, sendo então escolhido Foro Distrital do Continente da Comarca da Capital para servir de laboratório, pois além de possuir um oficialato pequeno (7 oficiais de justiça), contou com a anuência dos juízes daquela unidade, que apoiam e acompanham o projeto desde o início.

Para dar mais efetividade ao artigo 154, VI, uma pesquisa-ação realizada apontou que a capacitação dos oficiais de justiça com ferramentas de conciliação e mediação poderia aumentar a quantidade de propostas de acordo na certidão dos mandados.

Dando continuidade ao experimento, um projeto piloto foi colocado em prática para capacitar os oficiais de justiça do Foro Distrital do Continente com ferramentas e técnicas de conciliação. Ministrado pelo



Mestre em Direito
Profissional pela UFSC.
Especialista em Direito
aplicado pela FURB.
Especialista em Direito
Processual Civil pela
UNINTER. Especialista
em Direito Público pela
UNIPLAC.

servidor Ricardo Prado, oficial de justiça da Capital, e pela servidora Nelcira Cassol Munareto, lotada na Coodenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e do NUPMEC, o curso foi realizado nos dias 19 e de 20 de junho e prossegue com a parte prática consistente na participação dos oficiais de justiça em audiência de conciliação, na aplicação de técnicas para obtenção de acordos nos mandados e debate dos resultados.

Esclarece que o projeto não tem a pretensão de transformar oficial de justiça num conciliador ou mediador para atuar em audiência, apenas dota-lo de ferramentas e técnicas de conciliação.

Embora ainda não seja possível dimensionar os resultados a expectativa é bastante positiva, pois em razão das dificuldades, atritos e resistências que enfrentam no dia-dia de sua função, os oficiais de justiça podem ser considerados "conciliadores naturais", afirma o mestrando e instrutor.

Além do mais o Oficial de Justiça é o personagem estatal que mais tem contato e conhece a realidade dos jurisdicionados, sendo o mais indicado a fomentar a pacificação social através da autocomposição do litígio. Nas comunidades mais precárias e mais afastadas, a captação de proposta pelo Oficial de Justiça poderá representar uma forma democrática de inclusão social e de acesso à Justiça.

A obtenção de proposta de acordo pelo Oficial de Justiça reforça a lógica eficientista e a tendência autocompositiva do novo CPC, bem como prospecta ganhos significativos para jurisdição a medida em que possibilita que uma ação seja extinta antes mesmo de estabilizada a lide, evitando-se com isso todo o desenrolar probatório e recursal de um processo. Meses ou até mesmo anos podem ser economizados com a simples ação pró-ativa do Oficial de Justiça.

Outro ganho relevante ocorrerá nos cumprimentos de sentença e nos processos de execução, cujos ritos não prevê audiência conciliatória, casos em a atuação pró-ativa do Oficial de Justiça na obtenção de proposta de acordo será relevante na solução dos conflitos e extinção dos feitos, podendo derruir com isso, embargos, impugnações, etc, revertendo em grande alívio para os juizes e suas assessorias.

Via reflexa os advogados também serão beneficiados com o rápido julgamento nas ações que patrocinam, afastando aquele cenário frustrante de trabalhar anos inocuamente e não obter para seu cliente a satisfação do direito pleiteado, no dizer popular "ganha mais não leva". Aliás, nos mandados de penhora onde não são encontrados bens, o Oficial de Justiça poderá estimular a proposta de acordo.

Chega-se então a um novo tempo, pois numa análise sistêmica o novo CPC aponta para a necessidade de um novo perfil do Oficial de Justiça, representando um marco histórico para esse servidor que passar ser um verdadeiro "Conciliador Externo".

Ou seja, a questão de crédito é mais social do que financeira e as pessoas também tem que ter direito a pagar sua dívida. Vamos dar esta oportunidade as pessoas, com o judiciário servindo de intervenção, fazendo a intermediação entre o credor e o devedor. A pressão foi muito grande no início quando negamos o acesso dos empresários ao Juizado, mas como os resultados começaram a aparecer o processo foi amenizado. Afinal, nós precisamos tratar dos conflitos conforme sua natureza, sua adequação.

Então, eu abri um diálogo com os empresários e me comprometi a encontrar mecanismos adequados de cobrança para o seu segmento. Foi quando surgiu a ideia do Juizado Empresarial. Já estamos trabalhando e toda a fundamentação teórica deste projeto já está pronto. O novo Juizado funcionará com nossa própria estrutura, visto que com o uso de sistemas, tudo será facilitado. Já montamos uma estrutura com este objetivo e o que vamos precisar no momento certo é uma capacitação direcionada a este modelo. Inclusive, já testamos ele para avaliar a melhor forma de conciliação em processos desta natureza empresarial. Vamos testando e trabalhando para ver as melhores soluções. Por exemplo, obtivemos bons resultados em ações desta natureza através do intimafone.

Ou seja, as causas são muito díspares, e o processo judicial é um processo genérico para tudo e por vezes não dá conta. Agora, se você separar por áreas, fazendo um instrumento próprio para tudo, você consegue melhores resultados. Por fim, ainda estamos finalizando o projeto e a ideia é colocar em prática seu piloto; os resultados dele vamos encaminhar ao Tribunal de Justiça para ampliá-lo. Acredito que a implementação do piloto da Vara Empresarial vire realidade até novembro próximo”.

Criação de um cadastro de capacitados em conciliação

Pelo Estado

Encontro dos Oficiais do Oeste é sucesso absoluto

Foi realizado pela quarta vez na cidade de Palmitos o Encontro dos Oficiais de Justiça do Oeste de Santa Catarina. Além de festivo, o evento - que contou com a presença de 53 Oficiais e seus familiares, foi momento de trocar ideias e falar dos temas mais atuais na luta da categoria em âmbito estadual e federal.

O presidente do Sindojus-SC, Fernando Amorim Coelho esteve presente na ocasião, garantindo a visão sindical na discussão de assuntos como porte de arma, Lei 9099, plantões regionais, dentre outros assuntos da carreira. "Além de um momento muito agradável, a reunião proporcionou um debate rico, com a troca de ideias e esclarecimento de dúvidas por parte dos filiados", ressaltou, elogiando a iniciativa dos organizadores do evento, que teve a frente os colegas João e Ivanete da Comarca de Palmitos, além da presença de figuras icônicas da categoria, como a do ex-presidente César Rubens Deschamps. Por parte da Diretoria atual do Sindojus-SC também estavam presentes na ocasião o vice-presidente Evaldo Cassol e o diretor de Mobilização, Divulgação e Imprensa, Everaldo Carneiro da Rosa.

O Oficial de Justiça de Dionísio Cerqueira, Jackson Luiz Negrão, aproveitou o encontro para tornar-se filiado ao Sindojus-SC. Na foto Negrão está acompanhado do presidente e do vice-presidente da entidade, responsável pela filiação.

Sindojus-SC

inaugura sua nova sede Administrativa

Em 2019, a Diretoria do Sindojus-SC realizou o descerramento simbólico da placa de inauguração de sua nova sede Administrativa. O evento contou com a participação dos associados presentes na AGO da categoria, realizada no dia 23 de junho.

A nova Sede está localizada na Rua Silveira de Souza, 60, Centro, Florianópolis. Conta com espaço amplo, inclusive com opção de estada para associados, conforme regras definidas. Confira alguns momentos do evento.



Presidente do Sindojus-SC fala sobre sua atuação à frente da entidade.

Depois de sete anos fazendo parte da Diretoria do Sindojus-SC, Fernando Amorim Coelho assumiu o maior cargo da entidade. Em entrevista à Revista do Sindicato, ele revela o que o levou a adentrar na luta sindical, assim como seus ideais e projetos como presidente. Confira a seguir.

Revista - Fale-nos um pouco sobre sua trajetória no Judiciário, assim como sua ascensão à Presidência do Sindicato.

Fernando - Após três anos advogando, passei no concurso para Oficial de Justiça do TJ-SC e fui chamado no final de 2006, tendo tomado posse em 12/01/2007, no Fórum Distrital do Continente, onde continuo lotado até então. Naquela época, a categoria lutava pelo nível superior e achando mais do que justa a reivindicação, filiei-me a antiga ACOJ. Acompanhei todo processo de encaminhamento do projeto do nível superior à Alesc pelo

desembargador Trindade e foi quando percebi o quão importante era a categoria ter uma entidade de classe voltada exclusivamente aos seus interesses. Assim, no ano de 2011, quando foi necessário eleger uma Diretoria para um mandato tampão até as eleições que ocorreriam no final do ano, o Fábio Bittencourt, então vice-presidente do Sindojus-SC, convidou-me para ocupar a Diretoria Jurídica, aceitei o convite. No cargo, acabei permanecendo por mais uma gestão e meia, período em que foi conquistado judicialmente o Risco de Vida. A seguir fui eleito para vice-presidente na gestão do César, e quando iniciou o processo de montagem da nova chapa, fui convidado pelos demais componentes para encabeçar a atual gestão, após sete anos de Diretoria.

Revista - Recentemente o Sindojus-SC sofreu alguns problemas advindos de um processo impetrado pelo Sinjusc, que ocasionou o impedimento de ações sindicais por parte da entidade? No momento a situação foi revertida? O que devemos esperar do futuro no que se refere a esta ação?

Fernando - Infelizmente foi um desrespeito a vontade e a autonomia dos Oficiais de Justiça, causando muitos transtornos ao exercício do mandato e a gestão do Sindicato, mas a categoria deu uma demonstração de força e união. No momento o nosso Recurso de Revista foi recebido e foi dado efeito suspensivo a decisão que nos impedia de praticar atos sindicais. Esperamos que o TST mantenha seu entendimento pela especificidade e que possamos seguir em frente na luta pela categoria. O Sinjusc enquanto instituição deveria ser um Sindicato parceiro, infelizmente não foi esse o caminho que seus dirigentes escolheram.

Revista - Já que estamos falando de outras entidades, a Diretoria do Sindicato vem atuando bastante em Brasília, acompanhando os trabalhos da Fesojus. Sei que você é membro do Conselho Fiscal da entidade e está entre os que mais acompanha esse trabalho, então diga-nos como é este relacionamento e as vitórias alcançadas a partir dele.

Fernando - A Fesojus, da qual o Sindojus-SC é fundador é um orgulho para os Oficiais de Justiça. Congrega 10 dos 14 Sindicatos de Oficiais com registro sindical e é de importância vital, pois no Congresso estão várias de nossas demandas, como porte de armas, pagamento de diligências da lei 9099, mudança na previdência, alterações nos códigos de processo. Hoje somos uma categoria respeitada no Congresso e com voz ativa nesses processos, não existe um parlamentar que não tenha conhecimento da atuação dos Oficiais de Justiça e angariamos apoio as nossas lutas, com um movimento coordenado e unindo força pelo crescimento da categoria.

Revista - Vocês vêm trabalhando bastante, seja como Associação, Sindicato ou membro da Federação. Dentre as ações desenvolvidas do seu mandato, quais você consideraria

de março de 2017, após 15 anos na Vara da Fazenda. Natural do Oeste, município de Xanxerê, Orsatto atuou como juiz em Santa Cecília, depois assumiu por três anos na área administrativa na Presidência do TJ-SC, dois anos com o desembargador Xavier Vieira e um ano com o desembargador Amaral e Silva. "Isso me deu uma experiência muito interessante, no sentido de que muitas vezes o Tribunal tem de contemplar todas as Comarcas, o coletivo, em detrimento de experiências que dão êxito em um ou outro lugar. Modelo que a gente talvez tenha de repensar no sentido de regionalizar as decisões administrativas do Tribunal, talvez dividir as decisões administrativas em quatro ou cinco regiões. Hoje, tudo se concentra na Capital, e o sul do estado é bem diferente no Norte. Há muitas peculiaridades regionais, como na Serra, por exemplo, onde a realidade e demanda é bem diferente das demais regiões. A Gestão de todo Tribunal tem uma visão da demanda das grandes cidades, da Capital, e Lages, embora seja uma das maiores cidades do Estado, ela é interiorana".

Segundo Orsatto, Lages possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante baixo, e as pessoas tem muitas dificuldades financeiras. "Há pessoas que não vem para audiência porque não possuem recursos para pagar a condução. Temos de muitas vezes relevar pelo lado econômico e, as vezes, após a condução coercitiva, o Oficial nos revela que a parte não havia comparecido pela falta de recurso. Por esse lado social, observo que as vezes o não comparecimento da parte não é uma situação de descumprimento. Com isso, eu ampliei muito a minha tolerância e aqui no Juizado uma das premissas é levar muito em conta cada situação em particular, ouvindo as partes antes de tomar a decisão final. Esta compreensão tem nos permitido uma melhor compreensão e resolução do conflito. As vezes a determinação da lei é uma e as condições da pessoa é outra", conclui.

O difícil processo de mudança.

“ Quando assumi a Vara, os advogados viam o Juizado como mais uma Vara Cível, sem o apelo da Conciliação. Nos primeiros três meses, não havia ânimo de conciliação pelos advogados, eles queriam uma sentença do juiz. O que os advogados pareciam não entender é que o Juizado Especial é para o cliente falar, não o advogado; na fase de conciliação, os protagonistas têm de ser as partes. A preocupação do advogado com a defesa fazia com que ele fizesse intervenção na conciliação. O que fizemos foi exigir como prioridade a comunicação, que as partes se reconhecessem e procurassem uma solução em comum, evitando uma situação jurisdicional. O juizado tem que criar esse tipo de vínculo entre as partes, fazendo cumprir a lei de forma humanizada. Tivemos de resgatar o lado social do juizado, que em algum momento foi perdido; as partes estavam indo diretamente para o litígio, quando no Juizado Especial a conciliação é o objetivo".

Sobre o correto uso do Juizado Especial.

“ Cada vez que se abre um acesso novo ao Judiciário, a tendência é que ele se transforme em mais uma Vara. Por mais que se crie iniciativas para tentar combater a morosidade, no final, fica prevalecendo o entendimento da litigiosidade. A promessa dos juizados quando criados em 88 era no sentido de fazer uma

justiça de participação popular, para que atuasse em ações mais simples, sem que fosse necessário um processo formal, assim como sem o custo desse processo. Essa foi a promessa. Quando as pessoas começaram a perceber que ele estava muito célere, passaram a canalizar muitas ações para o Juizado. Então podemos dizer que o sucesso do Juizado é uma das causas do seu fracasso, pois passou-se a propor ações muito complexas, que eram para estar na justiça comum, recolhendo custas e diligência. Começaram a fazer toda uma atividade de cobrança privada usando o Juizado e, obviamente, aquele particular que precisava de uma audiência célere para falar com o juiz em 15 a 20 dias, passou a esperar mais de seis meses, porque a pauta está tomada por ações de cobrança. Veja, eu não sou contra que haja ações de cobrança, mas que elas sejam entre particulares, justamente para que não haja conflitos maiores, pois esses tipos de conflito, se não resolvidos rapidamente, acabam gerando diferentes e novos problemas sociais.

Ou seja, a pauta no Juizado precisa ser uma pauta livre, com audiências de 15 a 20 dias, dentro do próprio mês e resolver aquele conflito. Então, nesse aspecto, tentamos resgatar periodicamente essa questão da promessa constitucional do Juizado, que é o atendimento caso a caso, da informalidade. No Brasil, cada vez que surge uma iniciativa, as pessoas tendem a desconfiar. Hoje, nós temos um problema da efetividade do crédito e o Juizado Especial é uma solução fantástica para isso, porque não tem custas, ao contrário dos escritórios de cobrança privada. Com isso, há um desvio da função jurisdicional do Juizado Especial quando ele faz estas cobranças como se fosse uma empresa de cobrança. Embora não seja proibido que as cobranças venham para cá, se nós aceitarmos aqui estas ações, não conseguiremos atender ao cidadão, que vai ter suas audiências proteladas por até um ano.

Assim, as cobranças que aceitamos aqui são só de particulares, pois a lei diz que o empresário não pode transferir o crédito da empresa para a pessoa física dele para entrar como uma ação de cobrança. Nós podemos negar esta ação tanto pela legalidade, e podemos negar ainda pela promessa constitucional, pois se foi prometido uma conciliação célere, se eu aceitar essa cobrança de terceirizados eu não vou consigo atender. Eu não tenho dúvida nenhuma que estamos no caminho certo, embora muita gente não compreenda".

Projeto Pioneiro: Juizado Empresarial

“ A conquista da celeridade do Juizado teve relação direta com a redução das cobranças de pessoas jurídicas na Vara. No entanto, não podíamos deixar descobertas de justiça estas pessoas, assim, entrei em contato com a ACIL e CDL para discutir a ideia de criar um Juizado Empresarial. Queremos buscar a regularização do consumidor, e este novo Juizado terá por intuito trazer novos consumidores. Hoje, 50 mil pessoas negativadas, ou seja, o comércio tem 50 mil clientes a menos. Vamos oferecer um posto para regularizar o crédito, deixando transparente as dívidas, com plano de pagamento justo, recuperando seu CPF. Essa ideia veio da agonia das partes de querer pagar sua dívida nas muitas audiências de conciliação. A questão do crédito é muito mais social do que financeira e você dever é como um "calo" te incomodando. As dívidas viram da família: você está com o CPF negativado, pega o CPF da mulher, dos filhos; vira um problema crônico.

Boas Práticas

Com o juiz do Juizado Especial Cível da
Comarca de Lages,

Sílvio Dagoberto Orsatto*

* Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (1989), onde também obteve seu título de mestre em Ciência Jurídica em 2004, Orsatto, atualmente, é doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC/UFSC).

Com o intuito de dar ênfase às boas práticas no TJ-SC, a Revista dos Oficiais de Justiça pretende divulgar os servidores que, com suas ações e projetos, vem conquistando resultados positivos na melhoria do cotidiano jurisdicional. A sociedade agradece e os servidores se enchem de orgulho quando boas iniciativas garantem um Judiciário mais célere, com atendimento justo as partes envolvidas.

Algumas sugestões foram feitas, mas nesta primeira edição, decidimos por visitar a Comarca de Entrância Especial de Lages, onde o juiz Sílvio Dagoberto Orsatto, vem realizando uma verdadeira “revolução” na Vara do Juizado Especial Cível. Em cerca de um ano e meio, ele, que há 16 anos é lotado em Lages, 15 deles na Vara da Fazenda, conseguiu elevar para 80% o índice de resolução de conflitos entre pessoas físicas através do processo de conciliação, garantindo que o atendimento às partes seja entre 15 a 30 dias após o início do processo. “Eu criei duas equipes, uma para os processos novos e outra para os antigos. A equipe para os processos novos começou do zero e eles não poderiam deixar os novos ficarem velhos. E a equipe que tinha os processos antigos, não entravam novos, só baixava o número. Todos os dias as equipes viam resultados, isso deu motivação as equipes, os servidores viram retornos diários”, explica o juiz, sobre o seu processo de trabalho.

Mas além de implementar uma nova gestão de trabalho, para conquistar tamanha eficiência no Juizado, Orsatto fez algo que parece simples no papel, mas muito complicado quando na prática. Ele apenas resgatou a objetivo inicial dos Juizados Especiais, quando criados em 88, que era de promover uma justiça de participação popular, que atuasse em ações mais simples, sem que fosse necessário um processo formal. O juiz negou a entrada no Juizado Especial de ações de cobrança que não fossem de particulares, pois segundo ele, a lei diz que o empresário não pode transferir o crédito da empresa para sua pessoa física para entrar como uma ação de cobrança. “Nós podemos negar esta ação tanto pela legalidade, e podemos negar ainda pela promessa constitucional, pois se foi prometido uma conciliação célere, se eu aceitar essa cobrança de terceirizados eu não vou consigo atender os particulares”, esclarece.

Ele assumiu na Vara do Juizado Especial de Lages no dia 20



principais?

Fernando - Nesse momento de ataque aos servidores públicos e de enxugamento da máquina, uma conquista está sendo a recomposição do quadro, onde nenhum outro Estado se tem conhecimento de tão grande reposição de Oficiais, mesmo assim precisamos avançar, para ampliação do quadro em algumas regiões. A aprovação da Lei que permite a conversão em pecúnia de férias vencidas e licenças prêmio, o qual a luta foi muito grande e o Sindojus-SC teve papel preponderante.

Revista - A conquista da tão esperada sede própria foi uma grande vitória. Qual o tamanho dessa conquista?

Fernando - Sem dúvida, esta foi a nossa grande conquista, um ideal alcançado após anos de trabalho. Tivemos a felicidade de inaugurar uma sede moderna, que tem a estrutura necessária para atender as necessidades da gestão, assim como aos filiados, com o conforto que merecem. Pude estar presente na comissão que escolheu o imóvel quando da gestão do presidente César, assim como durante todo processo de trabalho gratificante junto com os demais Diretores nas obras para adaptar o imóvel as nossas necessidades. A nova sede é a prova de que com uma gestão financeira íntegra e austera na condução dos recursos, pode-se fazer muito.

Revista - Recentemente foi realizada Assembleia da categoria em Balneário Camboriú. Como você avalia este encontro? Obteve os objetivos propostos?

Fernando - Esta Assembleia foi uma retomada da categoria após 9 meses impedida de praticar atos sindicais, a representatividade de todas as regiões do Estado e a presença de aproximadamente 20% de todos os filiados, serviu para retomarmos a luta e tomarmos decisões de categoria para com base nelas iniciarmos as batalhas em relação ao plantão regional e aos mandados eleitorais.

Revista - Sobre os filiados; acredita que estejam engajados, sintonizados com os objetivos do Sindicato?

Fernando - Precisamos de mais adesão. Sabemos que existem dificuldades para vir à Assembleia, mas nesse momento de ataque aos direitos dos servidores públicos, precisamos estar muito mais unidos. Tivemos 1/3 das Comarcas com representantes na última Assembleia, cerca de 20% de todos os filiados - um percentual ótimo se comparado a participação obtida por outras entidades, mas ainda não suficiente. Precisamos que cada Comarca esteja mobilizada, pois conquistas só virão quando todos nos sentirmos um só corpo, unidos para marcar nossa posição e lutarmos por nossos direitos.

Revista - Ao que parece, a atual Diretoria do Sindojus-SC está mantendo uma boa comunicação com a administração do TJ-SC. Qual a fórmula utilizada por esta gestão para obter tal sintonia?

Fernando - Não existe segredo nessa fórmula; tudo se passa na questão do respeito mútuo, por mais que se esteja muitas vezes em posições antagônicas. O Sindojus-SC tem uma grande vantagem,

pois desde o tempo da ABOJESC até o presente, houveram renovações e jamais rupturas, mesmo com grupos internos antagônicos. Trabalhamos, colocando nossas posições de forma firme, porém sempre propondo um diálogo construtivo, sugerindo soluções, apresentando pleitos e pautas que melhoram o próprio Poder Judiciário, porém com firmeza defenderemos sempre as prerrogativas funcionais dos Oficiais de Justiça, rechaçando qualquer ataque, pois o respeito deverá ser sempre mútuo.

Revista - Hoje, qual a principal meta do Sindojus-SC a curto prazo? E a médio e longo prazo?

Fernando - Nós temos como grande meta para ser resolvida nesta gestão a questão do custeio das diligências; problema histórico que necessita ser resolvido. Hoje, pagamos do nosso salário o custeio da assistência judiciária gratuita e juizado especial cível, o que é injusto e inadmissível. Chegou o momento de efetivar definitivamente o que a categoria já decidiu, a criação de um sistema de Gratificação de Atividade Externa e Indenização de Transporte, de forma que o Oficial receba pela função mais penosa que lhe exige ter um carro para trabalhar e todas as despesas inerentes a isso de maneira justa. Também temos outras questões que merecem relevância como, por exemplo, o excessivo número de mandados em grande parte das Comarcas, a segurança dos Oficiais de Justiça, que também passa por Brasília. Ou seja, temos várias frentes de trabalho, que visam sempre o bem-estar e a valorização da categoria.

Revista - Você assumiu como presidente do Sindojus-SC em dezembro de 2017. Com quase dois anos de mandato concluídos, como você avaliaria sua gestão?

Fernando - Uma gestão difícil, haja vista que se trata de um mandato mais curto, de apenas dois anos em meio, com nove meses de uma desgastante decisão judicial impedindo a prática de atos sindicais, a qual já foi suspensa. Mesmo assim, continuamos avançando na defesa da categoria e viabilizando os anseios da categoria de forma democrática, com uma diretoria unida, que ao lado da categoria evitou qualquer perda aos Oficiais. Os percalços nos frustram por termos trabalhado muito, não tendo conseguido tantos resultados como desejávamos, mas temos a firmeza de propósito, para fazer um bom trabalho.

Revista - As eleições para Diretoria estão chegando, você fará parte de alguma das chapas concorrentes? Deseja seguir para reeleição?

Fernando - Acho que a atual diretoria tem bons nomes a oferecer e o tempo de um mandato é curto, o importante é se agregue sempre novos quadros, se preparando novas lideranças, junto de quem tem a experiência na gestão sindical. Estarei sempre disposto a trabalhar onde necessitarem de minha presença, o importante é que não existam projetos de rupturas. ■



<http://sindojus-sc.org.br>



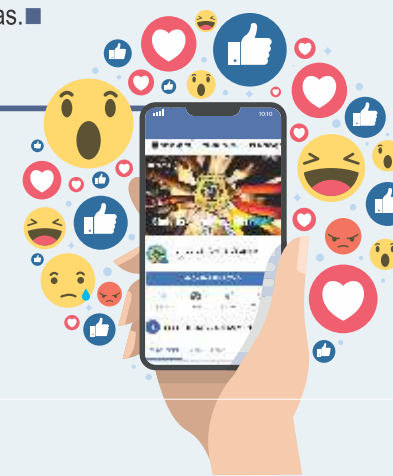
@sindojussc



sindojussc

Sindojus-SC nas Redes.

**Siga, curta e
compartilhe;
dê sua opinião!**





SINDOJUS-SC

AGO

Em clima produtivo e de amizade, o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Santa Catarina - Sindojus-SC, realizou no mês de agosto passado, dia 3, Assembleia Geral Ordinária - AGO. O evento aconteceu no Salão de Eventos do Hotel Sibara Flat & Convenções, na cidade de Balneário Camboriú, contando com a participação maciça de Oficiais de Justiça de todas as regiões do Estado; todos saudosos e animados com a suspensão da tutela antecipatória que havia vedado a prática de atos sindicais pelo Sindojus-SC, pois agora podem, novamente, determinar a categoria decidir o seu destino. Na ocasião foram deliberados sobre diferentes assuntos, entre eles: Plantão Semanal; Cooperação dos Oficiais da Infância e Juventude; Indenização de Transporte; Escolha da Comissão Eleitoral do Sindojus-SC para as Eleições em Junho /2020 - Art. 52 do Estatuto; Eleição do Conselho Fiscal a tomar posse com a Diretoria Eleita em Junho/2020 - Art. 25 do Estatuto; Ações Judiciais; além de Assuntos Gerais.

Após a leitura do edital pelo secretário Fábio Ramos Bittencourt, que também leu a ata da última Assembleia realizada pelo Sindojus-SC - esta sendo aprovada por unanimidade, deu-se início aos debates. Inicialmente, os filiados questionaram a continuidade da revista do Sindicato. Sobre a questão, o presidente do Sindojus-SC, Fernando Amorim Coelho, informou que uma nova edição estará sendo publicada já no mês de agosto de 2019. Esclareceu que no ano passado havia uma revista pronta para veiculação, mas que não pode ser publicada em função da ação contra o sindicato impetrada pelo Sinjusc; "tivemos de suspender-la, mas com a liberação de atos e ações sindicais já iniciamos uma nova formatação, agora, inclusive, a revista virá sem qualquer publicidade", informa.

Ainda em assuntos gerais, os Diretores explanaram sobre o trabalho que vem sendo realizado em Brasília, em parceria com a Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil - Fesojus, em especial no que tange a reforma da previdência. "Estamos trabalhando para garantir a votação da nossa emenda; visita em gabinetes, processo de convencimento, conversas com os líderes das bancadas, entre outras atitudes estão sendo tomadas. Talvez não consigamos àquela aposentadoria perfeita, mas nossa Federação é muito atuante, tem muito acesso e trabalhando juntos vamos conquistar nossos objetivos", acredita o presidente do Sindicato, lembrando que é vital o comprometimento dos

A Assembleia reuniu representantes de quase metade das Comarcas de Santa Catarina, com todos conscientes de que o Sindojus-SC é o representante sindical e a casa do Oficial de Justiça catarinense.

congressistas catarinenses e que os oficiais que possuem abertura com suas bases podem auxiliar nesse processo de convencimento, agora com a reforma indo para o Senado. Ele falou ainda sobre a PL 3191/2019, fruto de um trabalho da FESOJUS com o senador Hélio José que encampou projeto de Santa Catarina; "este projeto nada mais é do que aquele apresentado pela ACOJ, encampado pelo Décio Lima e ficou duas legislaturas parado no Senado, sendo arquivado", esclarece, lembrando que esta alteração resolverá o problema do juizado especial, visto que estipula valor para recolhimento de diligência no JEC, sendo que o referido projeto já foi aprovado no Senado, faltando só a aprovação na Câmara.

Passando para o próximo item de discussão, o secretário Fábio Ramos Bittencourt falou sobre o retorno do Sindojus-SC ao Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no Âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - COAPPG. Ele é o representante do Sindicato no Comitê e, com a suspensão da tutela antecipatória, já participou da reunião do mês de julho, discutindo questões orçamentárias do TJ-SC. Informa que o Comitê também está tratando dos cenários pré e pós, após o provimento de cargos pela Presidência do Tribunal.

Em seguida, a Diretoria apresentou aos presentes o mais novo filiado do Sindojus-SC, o Oficial de Justiça da Comarca de Palmitos, João Fernando Vieira de Oliveira Filho. Para ele, quanto mais unida, a categoria irá conquistar mais direitos; "quero fazer parte desta história, estamos juntos", completou. Agradecendo o apoio, o presidente do Sindicato reiterou que a entidade quer estar cada vez mais próxima aos filiados, ficando à disposição para debater problemas e soluções. Nesse sentido, ele informa que, a pedido dos filiados, os Diretores estiveram reunidos nas Comarcas de Palhoça, Jaraguá do Sul e Camboriú, buscando soluções para os problemas locais.

Passou-se então a eleição do Conselho Fiscal para o próximo mandato do Sindojus-SC, com início em 2020; em conformidade com o novo estatuto, tal Conselho deve ser escolhido por voto direto em assembleia geral ordinária anterior à eleição - com oito filiados mais votados sendo eleitos, dos quais os cinco primeiros serão os titulares do Conselho. Feita a votação, os titulares do Conselho escolhidos foram: Carlos Carlesso (Comarca de Descanso), Roberval Guiz, (Comarca de São João Batista), Vânio Debiasi (Comarca de Orleans), Ildemar José da Costa (Comarca de Lages), e Denise Reche

SINDOJUS-SC é parceiro da Fesojus em Brasília

Nos últimos meses os Diretores do Sindojus-SC têm se revezado em viagens a Brasília, em apoio à Fesojus-br (Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil), unindo-se à luta em âmbito nacional em prol dos Oficiais de Justiça. Senado, Câmara, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Superior Tribunal Federal (STF), várias foram as audiências onde o Sindojus-SC se fez presente, conversando com Deputados, Senadores e demais representantes do Estado no Distrito Federal.

Para o presidente do Sindicato, Fernando Amorim Coelho, que já esteve na Capital Federal em algumas ocasiões, este trabalho tem sido vital para o desenrolar dos projetos a favor da categoria; "somos reconhecidos pelo trabalho que vem sendo realizado na Câmara e no Senado e continuaremos firmes trabalhando em parceria com a Federação para que obtenhamos sucesso nos nossos pleitos", ressalta.

Entre as causas trabalhadas no Distrito Federal está a aprovação do Projeto de Lei (PL) 3191/2019, que trata do pagamento de diligências nos Juizados Cíveis. O secretário do Sindojus-SC, Fábio Ramos Bittencourt, que esteve em Brasília no início do mês de setembro, explica que a preocupação com este PL se refere ao substitutivo apresentado pelo seu relator, o deputado Rogério Mendonça, conhecido por Peninha, que descaracteriza completamente o Juizado Especial; "sem falar que caso este seja aprovado, o projeto de lei que é de caráter terminativo na CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, voltaria ao Senado", esclarece.

Em Brasília, os Diretores do Sindojus-SC também trataram da questão da Reforma da Previdência. Informam que visitaram o gabinete de vários Deputados e Senadores de Santa Catarina (SC); Esperidião Amin, Dário Berger, entre outros, pedindo apoio a aposentadoria especial por Risco de Vida. "Tratamos também com os Deputados de SC que fazem parte da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) a questão do PL 31/91 dos Juizados Especiais que para os Oficiais de Justiça é de extrema importância; é um projeto antigo que já tinha sido aprovado na Câmara, mas que acabou sendo arquivado", explica Bittencourt.

A conquista do substitutivo ao Projeto de Lei 3723/19 que regulamenta o porte de arma funcional aos Oficiais de Justiça de todo o país, no dia 27/08/19, foi outra conquista da Federação em parceria com os Sindicatos filiados, entre eles o catarinense. Em primeiro momento, o decreto de porte de armas não contempla todas as necessidades da categoria, uma vez que a classe necessita do acesso irrestrito a este meio de segurança, mas a batalha segue agora para



plenário, onde o lobby é forte por parte da Federação e Sindicatos.

O necessário reconhecimento da atividade de risco para fins previdenciários para os Oficiais de Justiça é outro tema tratado pelo Sindicato quando em Brasília, no Senado Federal. Segundo o presidente do Sindojus-SC, o grande argumento do reconhecimento da atividade de risco para o Oficial de Justiça é a aprovação do direito concedida aos Policiais para fins previdenciários. "As atividades externas deles são prisão, busca e apreensão, além de conduções coercitivas, ou seja, as mesmas do Oficial de Justiça, com exceção que, enquanto eles fazem o trabalho em equipe com treinamento, nós fizemos o trabalho sozinhos; eles são do executivo e nós do judiciário", ressalta, lembrando que tal argumento demonstra claramente que a categoria não busca privilégios, apenas equidade.

Por fim, a Diretoria do Sindicato ressalta que a categoria de Santa Catarina precisa se engajar as causas, enviando e-mails aos deputados de sua região, pedindo a assinatura deles nos projetos de interesse da classe. Acreditam que só assim, engajados, os Oficiais de Justiça terão reconhecido esse direito já há muito tempo pleiteado pela categoria: da aposentadoria especial, já que exerce atividade de risco. ■



Nosso site está de cara nova.

ACESSE e FILIE-SE!

www.sindojus-sc.org.br



Inauguração SEDE SINDOJUS-SC



Assembleia em
CAÇADOR



Assembleia na CAPITAL



(Comarca de Itajaí); como suplentes: Adriana Monteiro (Comarca da Capital), Leonir Scussel (Comarca de Araranguá) e Carlos Alberto de Souza (Comarca de Araranguá).

Quanto a prestação de contas da entidade (período de junho a dezembro de 2018 e janeiro a abril de 2019), ela foi aprovada por unanimidade após leitura da ata da com parecer favorável do Conselho Fiscal. O tesoureiro Telmo Freitas, informou que todos os balancetes estão à disposição dos filiados no site do Sindojus-SC; em caso de dúvidas, ele se dispôs a responder questionamento.

Sobre o projeto dos plantões circunscricionais regionalizados, o presidente relatou aos presentes as reuniões realizadas com a Presidência do Tribunal e com o relator do Projeto no Conselho da Magistratura, além de demonstrar o gráfico montado pelo mesmo, cuja única Comarca que não sofreria alteração seria a da Capital. "Há problemas nos dados obtidos pelo TJ; não tem lógica. A logística para o Tribunal seria absurda, com pedido exorbitante de diárias. Eles criaram o sistema de regionalização sem se ater a diferentes questões no que se refere aos oficiais, pois são os únicos atores do plantão que terão que se deslocar por toda a região", acredita. A partir de dados recebidos de 11 comarcas, a Diretoria do Sindicato montou uma manifestação, explicando a inviabilidade do projeto; ele foi protocolado junto ao TJ-SC e encaminhado ao desembargador Antônio Zoldan da Veiga, relator no Conselho da Magistratura sobre a questão, que será debatida já neste mês de agosto. A partir das explicações do Sindojus-SC, toda a categoria, após debate, votou contra a regionalização do plantão para os Oficiais de Justiça, devendo permanecer ao menos um Oficial plantonista por comarca e também contrária ao sistema de plantão apenas aos finais de semana e feriado; sugeriram apresentar proposta para que os Oficiais de plantão possam optar entre a concessão de folga ou pagamento em pecúnia.

A Diretoria do Sindojus-SC então informou aos presentes sobre o indeferimento do TJ-SC ao projeto em estudo que autorizava a cooperação dos Oficiais de Justiça da Infância e Juventude - OIJ, para com os Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores nas Comarcas do Estado. A decisão, que acatou parecer da Corregedoria-Geral e da DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas, já foi assinada pelo

presidente do Tribunal. O presidente do Sindojus-SC informou que a assessora da Presidência, a juíza auxiliar Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, afirmou que apesar do indeferimento, o Tribunal não é contrário que alterações legislativas possam levar a aproximação das categorias; o formatado como foi apresentado é que não foi aprovado. "Ela nos disse que essa colaboração ou cooperação pura e simples que foi indeferida. Acredita que há necessidade de uma reformulação legal para equiparar os dois cargos, talvez um projeto de lei onde todos pudessem cumprir todo tipo de mandado", esclareceu. O presidente da Associação dos Oficiais da Infância e Juventude - ACOIJ, Eder Momm, presente na ocasião, informou que em assembleia da sua categoria, 70,2 % optaram por tornar-se OJA. Frente as explicações, após discussão entre os presentes em assembleia, a maioria decidiu que a proposta do Sindicato deva ser a unificação da execução de mandados; para que os quatro cargos venham a ser de Oficial de Justiça, e que o estudo tenha continuidade, mas sem trazer as funções administrativas dos OIJ para esse novo cargo. Sobre a indenização de transporte, os Diretores lamentaram que o e-proc tenha desenvolvido uma ferramenta para vincular as diligências pagas pelas partes e que a Presidência do TJ-SC disse para apresentarmos um projeto pronto, trazido pela categoria, o que está em fase de elaboração junto a nossa assessoria econômica, para demonstrarmos que existe verba para tocar tal projeto.

Foi então escolhida a Comissão Eleitoral para o pleito a se realizar no mês de junho de 2019, a qual será composta pelos Oficiais: Rafael Hamilton Fernandes de Lima (Capital-Continente), Iraci Damares Lima Vieira Antunes (Anita Garibaldi), Loreni Mack (São Miguel do Oeste), Luciana Claudinéia Borges Furtado (Lages) e Thaise Fernandes Freza Nespole (Campo Belo do Sul).

O diretor Jurídico Carlos de Sousa tomou a palavra para informar sobre as atualizações das Ações judiciais; todas estão no site do Sindojus-SC em documento aberto aos filiados. Ele se colocou à disposição para dirimir quaisquer dúvidas quanto as ações impetradas pela entidade. Por fim, agradecendo a presença de os filiados, o presidente deu por encerrada a AGO da categoria.

AGE em Campos Novos

Regionalização dos Plantões foi tema principal da Assembleia realizada pelo Sindicato.



Filiados do Sindojus-SC se reuniram na manhã do dia 28 de setembro, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Campos Novos, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE). O evento teve por objetivo deliberar com os filiados sobre o projeto da Regionalização dos Plantões, além de leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia anterior, assim como repasse de informes, como os relacionados aos mandados do TRE (Tribuna Regional Eleitoral).

Após aprovação por unanimidade da ata da assembleia anterior, o presidente do Sindojus-SC, Fernando Amorim Coelho, falou aos presentes sobre a reunião realizada com o presidente do TRE, desembargador Cid Goulart, quando foi repassado a ele a revolta da categoria quanto a nova imposição da CGJ (Corregedor Geral da Justiça) no que se refere aos mandados do eleitoral. O desembargador afirmou ser favorável a manutenção do trabalho dos Oficiais como opcional ou voluntária; esclareceu que a decisão sobre

o assunto não cabe ao TRE, mas se comprometeu a levar ao Corregedor Geral a posição do Sindojus-SC, dando um retorno aos Diretores.

Sobre o tema, um dos filiados questionou sobre os Oficiais de Justiça que trabalham pelo eleitoral não receberem gratificação, como ocorre com os juizes que o fazem. Quanto a isso, Amorim esclareceu que tal regulamentação está sendo tratada em âmbito federal pela Fesojus-br (Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil). Aproveitando o ensejo, os Diretores relataram sobre as viagens realizadas a Brasília em auxílio à Fesojus no lobby junto aos Senadores e Deputados catarinenses para aprovação dos projetos e pedidos da entidade. "Estamos revezando nestas viagens, sempre com agendas de visitas aos congressistas, garantindo que os oficiais de nosso Estado tenham sua participação nas discussões nacionais", esclareceu o presidente do Sindojus-SC, lembrando que todas essas viagens estão sendo relatadas nos meios de comunicação do sindicato.

Os Diretores falaram ainda sobre a tabela de condução aprovada pelo Conselho da Magistratura; que não levou em consideração as oscilações dos valores dos combustíveis, assim Tabela teve redução dos mesmos. "Ninguém nos procurou para discutir o assunto e mesmo sabendo que a média de gratuidade nos mandados no Estado é de 72%, eles baixaram o valor", falou Amorim. Unindo-se a revolta pelo ocorrido, o secretário Fábio Ramos Bittencourt informou que esta semana o Sindojus-SC estará protocolando pedido de providências ao CM, requerendo reavaliação dos critérios de reajustes e de seus valores.

Sobre o projeto dos plantões circunscricionais regionalizados, os Diretores esclareceram que coube ao Sindicato um extenuante trabalho de convencimento de alguns desembargadores para que reavalissem a proposta do TJ de regionalização do plantão, quando de sua votação, sendo que a categoria deliberou em manter um Oficial por Comarca, o que gerou as manifestações e o pedido de vista. Informou que no último dia 18, a Diretoria se reuniu com o desembargador Altamiro de Oliveira, repassando-lhe dados

preliminares que comprovam a necessidade de alteração à ideia de regionalização apresentada no voto do relator. Na ocasião, Oliveira garantiu que discutirá todos os dados levantados com o relator do projeto, desembargador Zoldan da Veiga, acreditando que possa conquistar seu apoio a partir de um bom embasamento teórico da realidade de trabalho dos Oficiais de Justiça no Estado. Aos Diretores foi solicitado apresentar sugestões que possam vir a somar, garantindo melhor desempenho em suas funções cotidianas, assim como foram avisados de que o projeto será votado no dia 14 próximo e se não for construída uma alternativa o formato de regionalização proposto pelo Relator será levado adiante.

Frente a esta realidade, os Diretores informaram que cabe ao Sindicato apresentar aos desembargadores alternativas que venham a minimizar o transtorno a implantação do projeto à categoria. "Na reunião com o Desembargador e a diretoria; se chegou a ideia de subdividir as 28 regiões, apenas para os Oficiais de Justiça, assim teríamos ao invés de apenas 28, dezenas de subregiões", explicou Amorim, apresentando aos filiados uma tabela com o projeto das subdivisões que foi elaborada em reunião de diretoria como sugestão. Várias foram as deliberações apresentadas, mas após extensa discussão, ficou acertado que os Oficiais das Comarcas que estão unidas no projeto de regionalização/ subregionalização discutirão entre si a proposta de subdivisão aprovada na AGE, que será enviada a todos a todos via whatsapp na próxima segunda feira, devendo os Oficiais retornarem com possíveis melhorias, na tabela ou no texto da resolução ao sindicato até o dia 4 de outubro, visto que o tempo é ínfimo para que o desembargador Altamiro estude e defenda a proposta antes da votação. "Ressaltamos que a categoria já disse não ao projeto de regionalização naqueles termos propostos e vamos auxiliar o desembargador Altamiro na construção de uma proposta alternativa de forma a minorar os transtornos neste período experimental de 6 meses, quando vamos coletar todos os dados e erros do projeto e levaremos ao Conselho de Magistratura", finalizou Amorim, agradecendo a todos os filiados pela participação na AGE.

Filiados em FOCO



Assembleia em Florianópolis



Inauguração Sede Sindojus-SC

Assembleia em Campos Novos



Inauguração Sede Sindojus-SC



Assembleia em Balneário Camboriú.



NOSSA HISTÓRIA



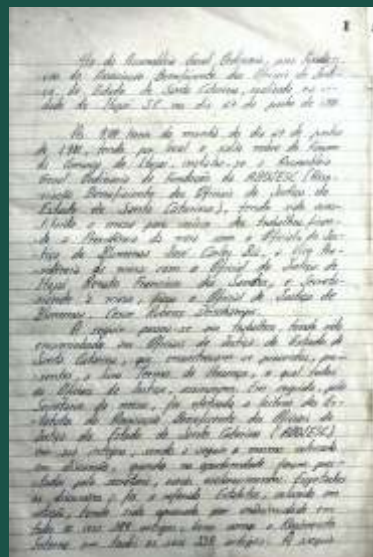
A história está acontecendo continuamente, mesmo quando não somos os protagonistas, quando não nos é favorável, quando não é registrada. De qualquer forma, é necessário conhecer - se desfavorável, para não repetir, se favorável, para comemorar.

O registro parece irrelevante quando o fato é presente, especialmente agora, que o volume de informações é exagerado. Por este motivo, pretendemos que este espaço seja o espaço da nossa história. História dos oficiais de justiça de Santa Catarina, da ABOJESC, ACOJ E SINDOJUS-SC. Queremos que todos conheçam, participem e vivam a sua história.

A Diretoria de Formação Sindical participará da coordenação do registro e sistematização do que já é história, projetando o futuro cada vez mais consciente da responsabilidade e direitos que nos cabem na história.

O fato histórico selecionado para a estréia deste espaço é a nominata da Diretoria que iniciou a parte oficial da nossa história. Diretoria eleita em 27/07/1981, em Itajaí-SC, após reunião preparatória realizada em 09/05/1981, em Brusque-SC: Presidente: Renato Francisco dos Santos; Vice-Presidente: José

Foto da ata da reunião de posse.



Carlos Biz; Secretário: César Rubens Deschamps; Tesoureiro: Jaime da Veiga; Diretor Social: Edson Sestrem; e CONSELHO FISCAL: João Carlos Ribeiro Leite, Gilberto Pereira, Nilton Moraes.

Sabemos que há história anterior e posterior a este fato. É o que pretendemos resgatar!

Para isso, solicitamos a quem tenha conhecimento e registros, mesmo que sejam fragmentos, que encaminhem para O Sindicato. Só assim conseguiremos enriquecer o diário de nossa história.

Por Jaime Gaio
sindical@sindojus-sc.org.br